



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
PERNAMBUCO
CASA DR. MANOEL BORBA

PROJETO DE LEI Nº 25/2025

(Vereador: Emanuel Gouveia Ferreira Lima)

**EMENTA: DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO DA VEICULAÇÃO
DE PUBLICIDADE COMERCIAL EM ESPAÇOS PÚBLICOS
DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA – PE.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA, ESTADO DE PERNAMBUCO, decreta:

Art. 1º Fica vedada a veiculação de publicidade comercial de caráter mercadológico ou promocional em ambientes internos e externos dos espaços públicos de saúde municipais, compreendendo hospitais, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e demais estabelecimentos congêneres sob gestão do Município.

Art. 2º O disposto nesta Lei não impede a divulgação de campanhas institucionais de saúde, avisos de utilidade pública ou comunicações oficiais de interesse social, desde que sem finalidade mercadológica.

Art. 3º Compete ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, disciplinando critérios de fiscalização do seu cumprimento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Dr. Manoel Borba, em 25 de Setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br EMANUEL GOUVEIA FERREIRA LIMA
Data: 25/09/2025 11:00:04 -0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

VEREADOR EMANUEL DE DR. JACINTO



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade proteger a dignidade dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) em Timbaúba, vedando a prática de publicidade comercial em hospitais e Unidades Básicas de Saúde (UBS), ambientes onde cidadãos se encontram em estado de fragilidade física, psicológica e emocional.

A Constituição Federal, em seu artigo 196, estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos. Nesse contexto, a utilização de espaços públicos de saúde para fins de exploração publicitária afronta o princípio da dignidade da pessoa humana e desvirtua a finalidade pública desses ambientes.

O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) também impõe limites às práticas publicitárias, especialmente quando dirigidas a pessoas em condição de vulnerabilidade, como ocorre em unidades de saúde.

A medida proposta não afasta a divulgação de campanhas institucionais de utilidade pública, mas impede a exploração mercadológica em locais que devem permanecer exclusivamente voltados à promoção da saúde e ao acolhimento dos cidadãos.

Dessa forma, a presente proposição visa resguardar valores constitucionais, proteger o interesse público e reforçar o compromisso deste Legislativo com a saúde e a dignidade da população timbaubense.

Plenário Dr. Manoel Borba, em 25 de Setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br EMANUEL GOUVEIA FERREIRA LIMA
Data: 25/09/2025 11:03:08-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

VEREADOR EMANUEL DE DR. JACINTO